

Autopista Planalto Sul S.A.

Demonstrações Financeiras Anuais Completas

- Declaração para fins do artigo 25 da instrução CVM nº 480/09;
- Demonstrações Financeiras Referentes aos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 e Parecer dos auditores independentes;
- Relatório da Administração;



DECLARAÇÃO

PARA FINS DO ARTIGO 25 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 480/09

Declaramos, na qualidade de diretores da AUTOPISTA PLANALTO SUL S.A., companhia aberta, inscrita no CNPJ/MF sob o n. 09.325.109/0001-73, com sede na Avenida Afonso Petschow, 4040, Bairro Industrial, CEP: 83.880-000, Município de Rio Negro, Estado do Paraná, que revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes referente às demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, nos termos e para fins do parágrafo 1º, inciso V do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009.

Rio Negro, 25 de Fevereiro de 2014.

Luis Manuel Eusebio Iñigo
Diretor Presidente

Marcio Augusto Travain
Diretor Administrativo e Financeiro

Alessandro Scotoni Levy
Diretor de Relações com Investidores

Maria de Castro Michielin
Diretora Jurídica

Antonio Cesar Ribas Sass
Diretor Superintendente

D E C L A R A Ç Ã O

PARA FINS DO ARTIGO 25 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 480/09

Declaramos, na qualidade de diretores da AUTOPISTA PLANALTO SUL S.A., companhia aberta, inscrita no CNPJ/MF sob o n. 09.325.109/0001-73, com sede na Avenida Afonso Petschow, 4040, Bairro Industrial, CEP: 83.880-000, Município de Rio Negro, Estado do Paraná, que revimos, discutimos e concordamos com as demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, nos termos e para fins do parágrafo 1º, inciso VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009.

Rio Negro, 25 de Fevereiro de 2014.

Luis Manuel Eusebio Iñigo
Diretor Presidente

Marcio Augusto Travain
Diretor Administrativo e Financeiro

Alessandro Scotoni Levy
Diretor de Relações com Investidores

Maria de Castro Michielin
Diretora Jurídica

Antonio Cesar Ribas Sass
Diretor Superintendente

AUTOPISTA PLANALTO SUL S.A.

Relatório dos auditores independentes

Demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ao
Conselho de Administração e aos Acionistas da
Autopista Planalto Sul S.A.
Rio Negro - PR

Introdução

Examinamos as demonstrações financeiras da **Autopista Planalto Sul S.A.** (“Sociedade”), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, que compreendem o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração e pela adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRSs) emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas nacionais e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevantes.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para a obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentadas nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Sociedade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Sociedade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Autopista Planalto Sul S.A. em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), referentes ao período findo em 31 de dezembro de 2013, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Sociedade, cuja apresentação é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, com base em nossa auditoria, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Rio Negro, 24 de janeiro de 2014.



BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2SP 013846/O-1 - S - PR

Paulo Sérgio Tufani
Contador CRC 1SP 124504/O-9 - S - PR

Francisco de Paula dos Reis Júnior
Contador CRC 1SP 139268/O-6 - S - PR

AUTOPISTA PLANALTO SUL S/A

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012.

(Em milhares de reais - R\$)

ATIVOS	Nota			PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota		
	explicativa	31.12.2013	31.12.2012		explicativa	31.12.2013	31.12.2012
CIRCULANTES				CIRCULANTES			
Caixa e equivalentes de caixa	5	34.882	12.712	Empréstimos e financiamentos	12	13.260	10.185
Contas a receber	6	4.679	3.920	Empréstimos e financiamentos - partes relacionadas	15	7.966	14.483
Contas a receber - partes relacionadas	15	450	450	Fornecedores	14	10.109	8.126
Estoques		584	768	Fornecedores - partes relacionadas	15	5.690	5.319
Despesas antecipadas		741	1.051	Obrigações sociais		3.045	2.567
Impostos a recuperar		1.153	645	Obrigações fiscais		1.866	1.699
Outros créditos		569	394	Taxa de fiscalização		218	200
Total dos ativos circulantes		43.058	19.940	Contas a pagar - partes relacionadas	15	453	237
				Cauções contratuais		3.744	4.535
NÃO CIRCULANTES				Provisão para manutenção	16.2	-	6.400
Aplicações financeiras vinculadas	8	6.339	6.675	Provisão para investimentos	16.2	5.163	-
Despesas antecipadas		-	9	Sinistros recebidos	17	-	941
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7	8.522	5.127	Outras contas a pagar		684	334
Depósitos judiciais		157	215	Total dos passivos circulantes		52.198	55.026
Imobilizado	9	1.178	1.015	NÃO CIRCULANTES			
Intangível	10	562.755	449.691	Empréstimos e financiamentos	12	226.610	218.136
Diferido	11	9.051	10.834	Empréstimos e financiamentos - partes relacionadas	15	151.483	37.000
Total dos ativos não circulantes		588.002	473.566	Debêntures	13	14.237	-
				Fornecedores	14	-	50
				Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	16.1	615	775
				Provisão para manutenção	16.2	29.381	14.580
				Provisão para investimentos	16.2	-	4.957
				Total dos passivos não circulantes		422.326	275.498
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
				Capital social	18.a	167.818	167.818
				Reservas de lucros	18.b	254	254
				Prejuízos acumulados		(11.536)	(5.090)
				Total do patrimônio líquido		156.536	162.982
TOTAL DOS ATIVOS		631.060	493.506	TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		631.060	493.506

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AUTOPISTA PLANALTO SUL S/A

**DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
E DE 2012**

(Em milhares de reais - R\$, exceto o prejuízo do exercício por ação básico e diluído)

	Nota explicativa	31.12.2013	31.12.2012
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	19	218.081	224.643
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	20	(193.185)	(212.264)
LUCRO BRUTO		24.896	12.379
(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS			
Gerais e administrativas	20	(10.802)	(8.625)
Remuneração da Administração	15	(895)	(749)
Outras receitas operacionais, líquidas		1.231	2
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		14.430	3.007
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas financeiras	21	2.357	2.938
Despesas financeiras	21	(26.628)	(18.109)
PREJUÍZO OPERACIONAL ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(9.841)	(12.164)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL			
Correntes	23	-	(490)
Diferidos	23	3.395	3.944
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		(6.446)	(8.710)
PREJUÍZO POR AÇÃO BÁSICO E DILUÍDO - R\$	24	(0,04043)	(0,06442)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AUTOPISTA PLANALTO SUL S/A

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012

(Em milhares de reais - R\$)

	<u>31.12.2013</u>	<u>31.12.2012</u>
Prejuízo do exercício das operações continuadas	(6.446)	(8.710)
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	<u><u>(6.446)</u></u>	<u><u>(8.710)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AUTOPISTA PLANALTO SUL S/A

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012**

(Em milhares de reais)

	Capital social	Reservas de lucros		Prejuízos acumulados	Patrimônio líquido
		Legal	Retenção de lucros		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011	119.933	254	3.620	-	123.807
Aumento de capital	47.885	-	-	-	47.885
Prejuízo do exercício	-	-	-	(8.710)	(8.710)
Realização de reservas:					
Retenção (realização/reversão) de lucros			(3.620)	3.620	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012	167.818	254	-	(5.090)	162.982
Prejuízo do exercício	-	-	-	(6.446)	(6.446)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	167.818	254	-	(11.536)	156.536

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AUTOPISTA PLANALTO SUL S/A**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012.**

(Em milhares de reais - R\$)

	<u>31.12.2013</u>	<u>31.12.2012</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Prejuízo do exercício	(6.446)	(8.710)
Ajustes para conciliar o prejuízo do exercício com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:		
Depreciações e amortizações	16.421	11.760
Baixa de ativos permanentes	4	819
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(3.395)	(3.944)
Receita com aplicações financeiras vinculadas	(452)	(782)
Juros e variações monetárias de empréstimos	13.527	12.665
Juros e variações monetárias de debêntures	349	-
Juros e variações monetárias sobre mútuos	10.108	4.517
Despesa / (receitas) financeira dos ajustes a valor presente	1.244	594
Constituição (reversão) de provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	427	811
Constituição de provisão para manutenção	7.472	10.586
Redução (aumento) dos ativos operacionais:		
Contas a receber	(759)	(382)
Contas a receber - partes relacionadas	-	(450)
Estoques	184	75
Despesas antecipadas	306	(430)
Impostos a recuperar	(428)	(138)
Depósitos judiciais	58	(100)
Outras contas a receber	(175)	(173)
Aumento (redução) dos passivos operacionais:		
Fornecedores	(734)	92
Fornecedores - partes relacionadas	(1.534)	494
Cauções contratuais de fornecedores	(81)	56
Obrigações sociais	652	1.057
Obrigações fiscais	278	213
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	(223)
Contas a pagar - partes relacionadas	(695)	(464)
Sinistros recebidos	(843)	(634)
Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	(587)	(106)
Pagamento de juros	(17.409)	(16.089)
Outros passivos	(399)	300
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	17.093	11.414
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisições de itens do ativo imobilizado	(343)	(249)
Aquisições de itens do intangível	(119.179)	(144.580)
Aplicação financeira vinculada	(5.093)	(3.986)
Valor resgatado das aplicações vinculadas	5.801	7.538
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	(118.814)	(141.277)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Empréstimos e financiamentos:		
Captações	37.307	68.886
Pagamentos	(25.800)	(3.075)
Aumento de mútuos	100.000	-
Aumento de capital	-	47.000
Pagamento de mútuos	(1.516)	(678)
Debêntures:		
Emissão de debêntures	13.900	-
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	123.891	112.133
AUMENTO (REDUÇÃO) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	22.170	(17.730)
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO EXERCÍCIO	12.712	30.442
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FIM DO EXERCÍCIO	34.882	12.712

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AUTOPISTA PLANALTO SUL S/A**DEMONSTRAÇÕES DOS VALORES ADICIONADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM****31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012****(Em milhares de reais - R\$)**

	<u>31.12.2013</u>	<u>31.12.2012</u>
RECEITAS		
Prestação de serviços	103.544	92.493
Receita dos serviços de construção	123.514	141.487
Outras receitas	1.343	209
	<u>228.401</u>	<u>234.189</u>
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		
Custo dos serviços prestados	(33.657)	(38.574)
Custo dos serviços de construção	(123.514)	(141.487)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(2.035)	(1.811)
Custo da concessão	(5.035)	(4.781)
Custos de provisão de manutenção em rodovia	(7.472)	(10.586)
Outros	(2.193)	(1.928)
	<u>(173.906)</u>	<u>(199.167)</u>
VALOR ADICIONADO BRUTO	<u>54.495</u>	<u>35.022</u>
DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES	(16.421)	(11.760)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO (RETIDO)	<u>38.074</u>	<u>23.262</u>
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		
Receitas financeiras	2.357	2.938
Juros capitalizados	4.066	3.658
	<u>6.423</u>	<u>6.596</u>
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	<u>44.497</u>	<u>29.858</u>
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Pessoal e encargos:		
Remuneração direta	8.776	7.681
Benefícios	2.039	1.705
FGTS	777	458
Impostos, taxas e contribuições:		
Federais (incluindo IOF)	2.570	1.662
Municipais	5.185	4.553
Remuneração de capitais de terceiros:		
Juros	13.684	12.575
Juros capitalizados	4.066	3.658
Aluguéis	895	741
Outras	2.843	1.018
Remuneração de capitais próprios:		
Juros	10.108	4.517
Prejuízo do exercício	(6.446)	(8.710)
	<u>44.497</u>	<u>29.858</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AUTOPISTA PLANALTO SUL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 e de 2012.

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Autopista Planalto Sul S.A. (“Sociedade”), é uma sociedade por ações, domiciliada no município de Rio Negro, Estado do Paraná, Brasil, situada na Avenida Afonso Petschow, 4040, bairro Industrial. Constituída em 19 de Dezembro de 2007, sua controladora e “holding” é a Arteris S.A. A Sociedade tem como objeto social único a exploração da concessão de serviço público do lote rodoviário BR-116/PR/SC, compreendendo o trecho entre Curitiba e a divisa entre os Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, objeto do processo de licitação correspondente ao Lote 02, em conformidade com o Edital de Licitação nº 006/2007, publicado pela ANTT - Agência Nacional de Transportes Terrestres, sob forma de concessão de serviço público pelo prazo de 25 anos iniciado em 14 de fevereiro de 2008, não sendo admitida a prorrogação do prazo de concessão, precedida da execução de obras públicas para recuperação, manutenção, monitoramento, conservação, operação, ampliação e melhorias da rodovia.

A emissão das Demonstrações Financeiras da Sociedade foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 25 de fevereiro de 2014.

2. CONCESSÕES

A Autopista Planalto Sul S.A. é uma sociedade por ações, e tem como objeto social único a exploração do lote rodoviário BR-116/PR/SC, compreendendo o trecho entre Curitiba e a divisa entre os Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, objeto do processo de licitação correspondente ao Lote 02, em conformidade com o Edital de Licitação nº 006/2007.

A Autopista Planalto Sul S.A. está em plena operação desde 22 de fevereiro de 2009, quando do início da operação de sua última praça de pedágio na BR-116/km 134 - PR. A concessionária assumiu os seguintes compromissos de implantação de obras decorrentes da concessão:

- 25,4 km de duplicação de rodovia.
- 48,3 km de terceira faixa.
- 10,2 km de vias laterais.
- Construção de nove passarelas.
- Construção de cinco praças de pedágio.
- Construção de nove Bases de Serviços Operacionais - BSO's.
- Implantação e/ou reforma de postos de pesagem;
- Recuperação de toda a extensão da rodovia.

Conforme estabelecido no Contrato de Concessão dessa concessionária, as tarifas de pedágio são reajustadas no mês de dezembro, com base na variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA.

Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração dos sistemas rodoviários transferidos às

concessionárias ou por elas implantados no âmbito das concessões. A reversão será gratuita e automática, com os bens em perfeitas condições de operação, utilização e manutenção e livres de quaisquer ônus ou encargos. A concessionária terá o direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens, cuja aquisição, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo de concessão, desde que realizada para garantir a continuidade e a atualidade dos serviços abrangidos pela concessão.

Em decorrência do modelo de contrato de concessão ser da forma não onerosa e considerar o menor preço de tarifa de pedágio, a concessionária não pagará ao Poder Concedente, pelo direito de exploração do lote mencionado, nenhum ônus fixo e/ou variável.

Os principais compromissos firmados pela concessionária decorrentes do contrato de concessão são:

- Efetuar o recolhimento à ANTT, ao longo de todo o prazo da concessão, da taxa de fiscalização que será destinada à cobertura de despesas com a fiscalização da concessão.

O valor anual, a título de verba de fiscalização, é de R\$ 1.846 na data-base da concessão. A partir de 31 de dezembro de 2013 até o final do período de concessão, a Sociedade deverá recolher o montante de R\$ 35.305 a valor nominal, corrigido pelo IPCA, conforme determinado no contrato de concessão.

A verba de fiscalização é corrigida pelo mesmo índice e na mesma data da correção da tarifa básica de pedágio.

- A concessionária deve assumir integralmente o risco decorrente de erros na determinação de quantitativos para execução de obras e serviços previstos no Programa de Exploração da Rodovia - PER.
- Não cabe, durante o prazo da concessão, nenhuma solicitação de revisão tarifária devido à existência de diferenças de quantidade e/ou desconhecimento das características da rodovia, sendo de sua responsabilidade a vistoria do trecho concedido, bem como o exame de todos os projetos e relatórios técnicos que lhe são concernentes, quando da apresentação de sua proposta inicial no Leilão.
- A concessionária assume integralmente o risco decorrente de danos na rodovia que derivem de causas que deveriam ser objeto de seguro, conforme o Capítulo III, Título V, do Edital do Leilão.
- A concessionária assume integralmente o risco pela variação nos custos de seus insumos, mão de obra e financiamentos.
- A concessionária assume integralmente riscos decorrentes da regularização do passivo ambiental dentro da faixa de domínio da rodovia, cujo fato gerador tenha ocorrido após a data da assinatura do Contrato de Concessão.
- O Estatuto Social da Sociedade previa a obrigação de abrir seu capital social em até dois anos após a data do início do Contrato de Concessão, previsto para 15 de fevereiro de 2010. Os registros de sociedade por ações de capital aberto foram concedidos pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM em 29 de março de 2010.
- A concessionária deve apresentar anualmente as demonstrações financeiras para a ANTT e publicá-las.

A Sociedade estima em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, os montantes de R\$197.339 e R\$265.696 respectivamente referente a investimentos para melhorias na infraestrutura, e de R\$326.037 e R\$301.741 referente a recuperações e manutenções, a valores atuais, para cumprir com as obrigações até o final dos Contratos de Concessão. Os valores referentes a 31 de dezembro de 2013 poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão.

Referidas estimativas de investimentos foram calculadas mediante laudo contratado com peritos independentes e foram segregadas levando-se em consideração o que segue:

- (i) Investimentos que geram potencial de receita adicional - registrados somente quando a prestação de serviço de construção está relacionada diretamente com a ampliação/melhoria da infraestrutura, gerando receita adicional àquela prevista originalmente.
- (ii) Investimentos que não geram potencial de receita adicional - registrados considerando a totalidade do Contrato de Concessão e apresentados a valor presente na data de transição, conforme mencionado na nota explicativa nº 16.

3. BASE PARA PREPARAÇÃO

3.1 Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

As demonstrações financeiras estão de acordo com as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as orientações e as Interpretações Técnicas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pela CVM.

As demonstrações financeiras apresentam a manutenção dos efeitos da amortização do ativo diferido existente na data de transição para IFRS, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Dessa forma, essas demonstrações financeiras não são consideradas como estando em conformidade com as IFRS, que exigem a avaliação desses investimentos da Sociedade pelo seu valor justo ou pelo custo e o reconhecimento de ativo diferido no resultado, quando incorrido.

3.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras da Sociedade foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma.

3.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras da Sociedade são apresentadas em real - (R\$), que é a moeda funcional da Sociedade. Todas as demonstrações financeiras apresentadas foram arredondadas para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

3.4 Uso de estimativa e julgamento

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de práticas contábeis e

os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Quanto a incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício estão relacionadas aos seguintes aspectos: determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos de curto e longo prazos, determinação das taxas de amortização de ativos intangíveis obtidas por meio de estudos econômicos de projeção de tráfego, determinação de provisões para manutenção, determinação de provisões para investimentos oriundos do contrato de concessão cujos benefícios econômicos estejam diluídos nas tarifas de pedágio, provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas, perdas relacionadas a contas a receber e elaboração de projeções para teste de realização de imposto de renda e contribuição social diferidos que, apesar de refletirem o julgamento da melhor estimativa possível por parte da Administração da Sociedade relacionada à probabilidade de eventos futuros, podem eventualmente apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As demonstrações financeiras sobre julgamentos e estimativas críticos referentes às práticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras da Sociedade estão descritas a seguir:

Contabilização de Contratos de Concessão

Na contabilização do Contrato de Concessão, conforme determinado pela Interpretação Técnica do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - ICPC 01, a Sociedade efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito à aplicação da interpretação do Contrato de Concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível e avaliação dos benefícios econômicos futuros para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerados no Contrato de Concessão.

Momento de reconhecimento do ativo intangível

A Administração da Sociedade avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas do Contrato de Concessão, segregando, principalmente, os investimentos em dois grupos: (a) investimentos que geram potencial de receita adicional; e (b) investimentos que não geram potencial de receita adicional:

(a) Investimentos que geram potencial de receita adicional: são reconhecidos somente quando incorridos os custos da prestação de serviços de construção relacionados à ampliação/melhoria da infraestrutura.

(b) Investimentos que não geram potencial de receita adicional: estimados considerando a totalidade do Contrato de Concessão e reconhecidos a valor presente na data de transição, conforme mencionado na nota explicativa nº 16.

Determinação de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos do Contrato de Concessão

A Sociedade reconhece os efeitos de amortização dos ativos intangíveis decorrentes do Contrato de Concessão, limitados ao prazo da respectiva concessão. O cálculo é efetuado de acordo com o padrão de consumo do benefício econômico gerado que,

normalmente, se dá devido à curva de demanda de tráfego. Assim, a taxa de amortização é determinada por meio de estudos técnicos e econômicos periódicos que buscam refletir o crescimento projetado de tráfego da rodovia e a geração dos benefícios econômicos futuros oriundos do Contrato de Concessão.

Determinação das receitas de construção

Quando a Sociedade contrata serviços de construção, deve reconhecer uma receita de construção realizada pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção contratado. A Administração da Sociedade avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela contratação desses serviços, mesmo nos casos em que haja a terceirização dos serviços, dos custos de gerenciamento e do acompanhamento das obras às empresas controlada pela Arteris. Todas as premissas descritas são utilizadas para fins de determinação do valor justo das atividades de construção.

Provisão para manutenção referente ao Contrato de Concessão

A contabilização da provisão para manutenção, reparo e substituições na rodovia é calculada com base na melhor estimativa de gasto para liquidar a obrigação a valor presente na data de encerramento do exercício, em contrapartida à despesa para manutenção ou recomposição da infraestrutura a um nível específico de operacionalidade. O passivo a valor presente deve ser progressivamente registrado e acumulado para fazer face aos pagamentos a serem feitos durante a execução das obras.

4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis descritas a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente nas demonstrações financeiras da Sociedade referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

As principais práticas contábeis adotadas pela Sociedade na elaboração das demonstrações financeiras são:

4.1. Instrumentos financeiros ativos

Os instrumentos financeiros ativos podem ser classificados nas seguintes categorias específicas: ativos mantidos para negociação por meio de resultado, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros na categoria “disponíveis para venda” e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da natureza e finalidade dos instrumentos financeiros ativos e é determinada na data do reconhecimento inicial.

A Sociedade reconhece instrumentos financeiros ativos classificados na categoria “Empréstimos e recebíveis”, descritos como segue:

Empréstimos e recebíveis

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto nos casos com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, em que são classificados como ativo não circulante.

Os saldos desses ativos financeiros da Sociedade são formados por caixa e equivalentes de caixa (nota explicativa nº 5), contas a receber de clientes (nota explicativa nº 6), depósitos judiciais e outras contas a receber, sendo os principais critérios adotados descritos como segue:

a) Caixa e equivalentes de caixa

Consistem basicamente em valores mantidos em caixa, bancos e outros investimentos de curto prazo com liquidez imediata, em montante conhecido de caixa, sujeito a um insignificante risco de mudança de valor e expectativa de utilização em período inferior a 90 dias.

b) Aplicações financeiras vinculadas

Representadas, basicamente, por títulos de Certificado de Depósito Bancário - CDB e cotas de fundos, com vencimento acima de 90 dias, e estão classificadas como restritas aos financiamentos com vencimento futuro e/ou pela intenção de realização como investimentos da Administração da Sociedade. Os ativos financeiros estão classificados na categoria específica como ativos financeiros ao custo amortizado. A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação.

c) Contas a receber

Apresentadas pelo seu valor de realização nas datas dos balanços, registradas com base nos valores nominais e não ajustadas a valor presente por apresentarem vencimento de curto prazo e efeito irrelevante nas demonstrações financeiras. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída, se necessário, com base em estimativas de perda.

4.2. Imobilizado

Avaliado ao custo de aquisição e/ou construção, acrescido de juros capitalizados durante o período de construção, quando aplicável, para os casos de ativos qualificáveis. As depreciações são calculadas pelo método linear, de acordo com as taxas demonstradas na nota explicativa nº 9, limitadas, quando aplicável, ao prazo da concessão.

4.3. Ativo intangível

Ativo intangível oriundo do contrato de concessão

A Sociedade reconheceu ativo intangível vinculado ao direito de cobrar pelo uso da infraestrutura da concessão, mensurado pelo valor justo no reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado pelo custo, que inclui os custos de empréstimos capitalizados deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável.

A amortização dos ativos intangíveis é reconhecida no resultado por meio da projeção da curva de demanda de tráfego, estimada para o período de concessão, a partir da data em que esses ativos estão disponíveis para uso,

sendo o método que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuro incorporado no ativo.

Ativos intangíveis adquiridos separadamente

Ativos intangíveis com vida útil definida, adquiridos separadamente, são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. A amortização é reconhecida no resultado substancialmente por meio da projeção da curva de demanda de tráfego, estimada para o período de concessão, a partir da data em que esses ativos estão disponíveis para uso, sendo o método que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

4.4. Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis com vida útil definida

No fim de cada exercício, a Sociedade revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis, a fim de determinar se há indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar essa perda. Por tratar-se basicamente de concessão, a Sociedade não estima o montante recuperável de um ativo individualmente, mas o montante recuperável de seus ativos como um todo com base em seu valor em uso.

Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados a valor presente por uma taxa que reflita, antes dos impostos, a avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, ele é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

4.5. Custo de empréstimos

Os custos de empréstimos atribuídos diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificados, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial para ficarem prontos para uso, são incluídos no custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso pretendido.

Os ganhos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos e ainda não gastos com o ativo qualificável são deduzidos dos custos com empréstimos qualificados para capitalização.

Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos em uma conta redutora e amortizadas pelo tempo dos contratos.

4.6. Instrumentos financeiros passivos

a) Classificados como dívida ou patrimônio

Instrumentos de dívida ou instrumentos patrimoniais são classificados de uma forma ou de outra de acordo com a substância dos termos contratuais.

b) Empréstimos e financiamentos

Na data da contratação, são demonstrados pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos, e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

4.7. Imposto de renda e contribuição social - Correntes e Diferidos

O imposto de renda e a contribuição social são apurados dentro dos critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente.

Impostos correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada sobre a base tributável do exercício. A base tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício.

Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são registrados com base em saldos de prejuízos fiscais, bases de cálculo negativa da contribuição social e diferenças temporárias entre os livros fiscais e os contábeis, quando aplicável, considerando as alíquotas de 25% para o imposto de renda e 9% para a contribuição social.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos são registrados com base nos ajustes a valor presente decorrentes do direito de concessão, dos riscos cíveis, trabalhistas e fiscais e dos ajustes referentes a eventuais mudanças de práticas contábeis, conforme a nota explicativa nº 7.

4.8. Arrendamento mercantil

Os arrendamentos efetuados pela Sociedade na figura de arrendatária, nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais (líquidos de quaisquer incentivos recebidos do arrendador) são reconhecidos na demonstração do resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento.

Os arrendamentos nos quais a Sociedade detêm, substancialmente, todos os riscos e as recompensas da propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. Estes são capitalizados no balanço patrimonial no início do arrendamento pelo menor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento.

Cada parcela paga do arrendamento é alocada parte ao passivo e parte aos encargos financeiros, para que, dessa forma, seja obtida uma taxa de juros efetiva constante sobre o saldo da dívida em aberto. As obrigações

correspondentes, líquidas dos encargos financeiros, são classificadas no passivo, circulante e não circulante, de acordo com os prazos dos contratos. Os bens do imobilizado adquiridos por meio de arrendamentos financeiros são depreciados tendo como base sua vida útil-econômica ou de acordo com os prazos dos contratos de arrendamento, quando estes forem menores.

4.9. Provisões

Reconhecidas para obrigações presentes (legal ou construtiva) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

As provisões para ações judiciais são reconhecidas quando a Sociedade tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. Estão atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados da Sociedade. O fundamento e a natureza das provisões para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais estão descritos na nota explicativa nº 16.

4.10. Passivos ajustados ao seu valor presente

Para determinados passivos a Administração avalia e reconhece os efeitos de ajustes a valor presente levando em consideração o valor do dinheiro no tempo e as incertezas a eles associadas. Os passivos sujeitos a ajustes a valor presente, assim como as principais premissas utilizadas pela Administração para sua mensuração e reconhecimento, são como segue:

- Provisão para investimentos: decorrente dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos e, portanto, reconhecidos como contrapartida do ativo intangível da concessão. A mensuração dos respectivos valores presentes foi calculada pelo método do fluxo de caixa descontado, considerando as datas em que se estima a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações (estimados para todo o período de concessão), e descontada por meio da aplicação da taxa de 6,35% ao ano em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, a Administração revisa a taxa de desconto periodicamente. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração tem como base a taxa de juros real livre de risco, uma vez que as projeções de fluxos das obrigações foram preparadas por seus valores reais em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 e não consideram riscos adicionais de fluxo de caixa.
- Provisão para manutenção: decorrente dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão relacionadas à utilização e manutenção das rodovias em níveis preestabelecidos de utilização. A mensuração dos respectivos valores presentes foi calculada pelo método do fluxo de caixa descontado, considerando as datas em que se estima a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações, e descontada pela aplicação da taxa de 6,35% ao ano em 31 de dezembro de 2013. A Administração revisa a taxa de desconto periodicamente. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração está baseada na taxa de juros real livre de risco, uma vez que as projeções de fluxos das obrigações foram preparadas por seus valores reais em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 e não consideram riscos adicionais de fluxo de caixa.

Os saldos reais e a valor presente de passivos, circulante e não circulante, nas datas dos balanços estão demonstrados a seguir:

<u>Circulantes</u>	<u>31.12.2013</u>	<u>31.12.2012</u>
Provisão para investimento em rodovia - real	5.450	-
Provisão para investimento em rodovia a valor presente	<u>5.163</u>	-
Efeito do ajuste a valor presente	<u>287</u>	-
Provisão para manutenção em rodovia - real	-	6.614
Provisão para manutenção em rodovia a valor presente	-	<u>6.400</u>
Efeito do ajuste a valor presente	-	<u>214</u>
<u>Não circulantes</u>		
Provisão para investimento em rodovia - real	-	5.450
Provisão para investimento em rodovia a valor presente	-	<u>4.957</u>
Efeito do ajuste a valor presente	-	<u>493</u>
Provisão para manutenção em rodovia - real	35.973	19.541
Provisão para manutenção em rodovia a valor presente	<u>29.381</u>	<u>14.580</u>
Efeito do ajuste a valor presente	<u>6.592</u>	<u>4.961</u>

A recomposição dos saldos aos seus valores reais nas datas dos balanços pela passagem do tempo é reconhecida como despesa financeira no resultado do exercício.

4.11. Reconhecimento de receita

Contratos de construção qualificados e classificados como serviços de construção

A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria estabelecidos no contrato de concessão é reconhecida de acordo com o estágio de conclusão das obras realizadas. A receita de operação ou serviço é reconhecida no exercício em que os serviços são prestados.

Receitas oriundas das cobranças de pedágios ou tarifas decorrentes dos direitos de concessão

Essas receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de deduções. A receita é reconhecida no exercício de competência, ou seja, quando da utilização pelos usuários dos bens públicos objeto da concessão.

4.12. Receitas e despesas financeiras

Substancialmente representadas por juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, depósitos judiciais, empréstimos e financiamentos, debêntures e passivo com credores pela concessão e efeitos dos ajustes a valor presente.

4.13. Dividendos

A proposta de distribuição de dividendos efetuada pela Administração da Sociedade que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo na rubrica “Dividendos propostos” por ser considerada como uma obrigação legal prevista no estatuto social da Sociedade, conforme divulgado na Nota explicativa nº18.

4.14. Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada e distribuída pela Sociedade durante determinado exercício e é apresentada, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras, não sendo uma informação obrigatória pelas IFRS.

A DVA foi preparada a partir das informações contábeis que servem de base à preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Sociedade, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre esta, as outras receitas e efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição dessa riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

4.15. Novos pronunciamentos e interpretações

Os pronunciamentos e as interpretações contábeis emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e International Financial Reporting Standards Interpretations Committee - IFRIC, a seguir, foram publicados ou revisados, mas ainda não têm adoção obrigatória, além de não terem sido objeto de normatização pelo CPC e, dessa forma, não foram aplicados antecipadamente pela Companhia nas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013. Os mesmos serão implementados à medida que sua aplicação se torne obrigatória. A Companhia ainda não estimou a extensão dos possíveis impactos destes novos pronunciamentos e interpretações em suas demonstrações financeiras.

<u>Pronunciamento</u>	<u>Descrição</u>	<u>Vigência</u>
IFRS9 - Instrumentos financeiros	Refere-se à primeira fase do projeto de substituição do IAS 39: Instrumentos Financeiros - Reconhecimento e Mensuração	(b)
IFRS 7 e IFRS 9 - Modificações a IFRS 7 e IFRS 9	Determina a data de aplicação mandatória da IFRS9 e divulgações de transição	(b)
Modificações a IFRS 10, IFRS 12 e IAS 27	Introduz novas exigências de divulgação a entidades de investimento	(a)
IAS 32 - Modificações a IAS 32	Compensação de ativos e passivos financeiros	(a)

(a) Aplicação em períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2014; e

(b) Aplicação em períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2015.

Adicionalmente, os pronunciamentos e as interpretações emitidos pelo IASB e IFRIC, respectivamente, listados a seguir, entraram em vigor no presente exercício e, portanto, foram adotados pela Companhia em suas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013.

<u>Pronunciamento</u>	<u>Descrição</u>	<u>Vigência</u>
IFRS 7 - Modificações na IFRS 7	Aborda as divulgações de transferências de ativos financeiros	(a)
IFRS 10, IFRS 11 e IFRS 12 - Modificações a IFRS 7, IFRS 11, e IFRS 12	Demonstrações financeiras consolidadas, negócios em conjunto e divulgações de participações em outras entidades: guia de transição	(a)
IFRS 10 - Demonstrações financeiras consolidadas	Substitui as partes do IAS 27 que tratam de quando e como um investidor deve preparar demonstrações financeiras consolidadas e substitui o SIC - 12	(a)
IFRS 11 Acordos de participações	Requer o uso de método de equivalência patrimonial para participações em "joint ventures", eliminando o método de consolidação proporcional	(a)
IFRS 12 - Divulgações de participações em outras entidades	Estabelece o objetivo das divulgações mínimas para entidades que tenham investimentos em subsidiárias, controladas em conjunto, associadas ou outras entidades não consolidadas	(a)
IFRIC 20 - Custos de produção sobre mineração	Esclarece como proceder quanto ao custo de produção associados a remoção da superfície de uma mina, inclusive sobre reconhecimento inicial dos ativos, ativos não correntes, depreciação e amortização, entre outros.	(a)
IFRS 13 - Medições de valor justo	Estabelece um único modelo de medição do valor justo quando o mesmo é exigido por outros pronunciamentos	(a)
IAS 19 - Revisada em 2011	Benefícios a empregados	(a)
IAS 27 (R) - Modificações na IAS 27	Demonstrações separadas	(a)
IAS 28 (R) Modificações na IAS 28	Investimento em coligada e em controlada e <i>joint ventures</i>	(a)

(a) Aplicação em períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013.

Em 1º de janeiro de 2013, entraram em vigor as novas e revisadas normas contábeis acima, que introduziram algumas modificações nas práticas adotadas até o exercício anterior. Conforme previsto no CPC 23, mudanças de práticas contábeis requerem a aplicação retrospectiva, de forma a ajustar os períodos anteriores, apresentados para fins de comparação com período atual, às mesmas práticas contábeis, como se estivessem em vigor a partir do início do período mais antigo apresentado.

Os referidos pronunciamentos não causaram efeitos relevantes nas presentes demonstrações.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Estão representados por:

	<u>31.12.2013</u>	<u>31.12.2012</u>
Caixa e contas bancárias	1.059	1.107
Aplicações financeiras (*)	<u>33.823</u>	<u>11.605</u>
Total	<u>34.882</u>	<u>12.712</u>

(*) Representadas por aplicações com liquidez imediata, insignificante risco de mudança de valor e vencimento inferior a 90 dias da data da aquisição, cuja composição da carteira nas respectivas datas é apresentada a seguir:

	<u>31.12.2013</u>	<u>31.12.2012</u>
Certificados de Depósito Bancário - CDBs	1.573	1.292
Debêntures compromissadas	530	720
Fundos de investimentos	<u>31.720</u>	<u>9.593</u>
Total	<u>33.823</u>	<u>11.605</u>

As aplicações financeiras foram remuneradas na média a 90% da variação do CDI no exercício para Certificado de Depósito Bancário, 75% da variação do CDI para Operações Compromissadas e os Fundos de Investimentos em 100,18% da variação do CDI.

6. CONTAS A RECEBER

Estão representadas por:

	<u>31.12.2013</u>	<u>31.12.2012</u>
Pedágio eletrônico a receber(*)	4.338	3.474
Cupons de pedágio a receber	<u>341</u>	<u>446</u>
Total	<u>4.679</u>	<u>3.920</u>

(*) Conforme nota explicativa nº 25c.

A Administração da Sociedade não identificou a necessidade de reconhecimento de provisão para perdas com recebíveis em 31 de dezembro de 2013 e 2012. O prazo médio de vencimento é de 30 dias.

7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

Estão representados por:

	<u>31.12.2013</u>	<u>31.12.2012</u>
Ativo não circulante		
Bases do ativo diferido:		
Prejuízo fiscal (a)	(10.600)	(4.383)
Provisão de participação nos lucros	(1.285)	-
Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais (b)	(615)	(775)
Ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis: (c)		
Provisão para manutenção	(29.381)	(20.980)
Diferenças de intangível, diferido e imobilizado, líquidas.	17.887	11.812
Ajuste dos encargos financeiros	(1.005)	(687)
Estorno de capitalização de juros	(66)	(66)
Base de cálculo	<u>(25.065)</u>	<u>(15.079)</u>
Alíquota nominal combinada	34%	34%
Total do imposto de renda e contribuição social diferidos	<u>8.522</u>	<u>5.127</u>

(a) Refere-se ao prejuízo fiscal e à base negativa de contribuição social, suportados por projeções de resultados tributáveis futuros.

(b) Referem-se a provisões para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais de reclamações pendentes de resoluções.

(c) Ajustes decorrentes da adoção inicial das alterações das práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais de contabilidade adotadas pelas IFRS.

As perspectivas futuras dos negócios da Sociedade traduzidas em suas projeções de resultados constituem-se previsões de sua Administração. Portanto, são dependentes de variáveis de mercado e estão sujeitas a mudanças.

A expectativa de recuperação da totalidade dos créditos e o efetivo pagamento dos débitos tributários diferidos, indicados pelas projeções de resultado tributável, são como segue:

Exercício a findar-se em:

Ativo Não Circulante	R\$ mil
2015	329
2016	343
2017	358
2018	373
A partir de 2019	<u>7.119</u>
	<u>8.522</u>

8. APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS

A Sociedade mantém aplicações financeiras vinculadas para cumprir obrigações contratuais referentes a empréstimos e financiamentos. Abaixo encontra-se breve descrição dessas obrigações:

A concessionária deve depositar em conta pagamento de instituição financeira parte das receitas operacionais, 50% da arrecadação das praças de pedágio. Estes recursos são utilizados para pagamento do serviço da dívida e manutenção do mínimo obrigatório da conta reserva. Após o cumprimento legal das obrigações contratuais os recursos excedentes são transferidos para conta corrente livre.

A Sociedade deve manter depositada em conta de reserva de instituição financeira, até a liquidação de todas as obrigações assumidas no contrato de financiamento junto ao BNDES, o valor mínimo equivalente a três vezes o valor da última prestação vencida do serviço da dívida, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios da dívida decorrente do contrato de financiamento. Este valor será sempre recalculado no dia posterior ao de cada pagamento das prestações mensais.

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 os saldos são R\$ 6.339 e R\$ 6.675 respectivamente e essas aplicações foram remuneradas em média a 97,54% da variação do CDI.

9. IMOBILIZADO

A movimentação é como segue:

	Móveis Utensílios e Instalações	Equipamento Mobiliário	Prédios e Benfeitorias	Computadores e Periféricos	Veículos	Imobilizado em Andamento	Total
Custo do imobilizado bruto							
Saldo em 31.12.2011	<u>461</u>	<u>366</u>	<u>151</u>	<u>401</u>	<u>225</u>	=	<u>1.604</u>
Adições	43	51	39	8	62		203
Alienações/baixas	—	—	—	(188)	(42)	=	(230)
Saldo em 31.12.2012	<u>504</u>	<u>417</u>	<u>190</u>	<u>221</u>	<u>245</u>	=	<u>1.577</u>
Adições	66	74	119	69	-	56	384
Alienações/baixas	(6)	—	—	—	—	=	(6)
Saldo em 31.12.2013	<u>564</u>	<u>491</u>	<u>309</u>	<u>290</u>	<u>245</u>	<u>56</u>	<u>1.955</u>
Depreciação acumulada							
Saldo em 31.12.2011	(111)	(96)	(27)	(243)	(22)	=	(499)
Adições	(49)	(38)	(16)	(67)	(50)		(220)
Alienações/baixas	—	—	—	145	12	=	157
Saldo em 31.12.2012	(160)	(134)	(43)	(165)	(60)	=	(562)
Adições	(55)	(46)	(23)	(45)	(48)	-	(217)
Alienações/baixas	2	—	—	—	—	=	2
Saldo em 31.12.2013	(213)	(180)	(66)	(210)	(108)	=	(777)
Imobilizado Líquido							
Saldo em 31.12.2012	<u>344</u>	<u>283</u>	<u>147</u>	<u>56</u>	<u>185</u>	=	<u>1.015</u>
Saldo em 31.12.2013	<u>351</u>	<u>311</u>	<u>243</u>	<u>80</u>	<u>137</u>	<u>56</u>	<u>1.178</u>
Taxa anual de depreciação - %	<u>10</u>	<u>10</u>	<u>10</u>	<u>20</u>	<u>20</u>		=

10. INTANGÍVEL

A movimentação em 31 de dezembro de 2013 é como segue:

<u>Custo do intangível</u>	Intangível em rodovias - obras e serviços (a)	Software	Intangível em andamento	Adiantamento a fornecedores	Total
Saldo em 31.12.2011	<u>277.339</u>	<u>315</u>	<u>45.585</u>	<u>5.259</u>	<u>328.498</u>
Adições	879	157	146.578	(1.793)	145.821
Transferências/Reclassificações	82.215	-	(82.215)	-	-
Alienações/baixas	<u>(74)</u>	<u>-</u>	<u>(675)</u>	<u>-</u>	<u>(749)</u>
Saldo em 31.12.2012	<u>360.359</u>	<u>472</u>	<u>109.273</u>	<u>3.466</u>	<u>473.570</u>
Adições	2.454	33	124.926	72	127.485
Transferências/Reclassificações	<u>144.781</u>	<u>-</u>	<u>(143.143)</u>	<u>(1.638)</u>	<u>-</u>
Saldo em 31.12.2013	<u>507.594</u>	<u>505</u>	<u>91.056</u>	<u>1.900</u>	<u>601.055</u>
<u>Amortização acumulada</u>					
Saldo em 31.12.2011	<u>(13.934)</u>	<u>(191)</u>	-	-	<u>(14.125)</u>
Amortização	(9.668)	(89)	-	-	(9.757)
Alienações/baixas	<u>3</u>	<u>-</u>	-	-	<u>3</u>
Saldo em 31.12.2012	<u>(23.599)</u>	<u>(280)</u>	-	-	<u>(23.879)</u>
Amortização	<u>(14.327)</u>	<u>(94)</u>	-	-	<u>(14.421)</u>
Saldo em 31.12.2013	<u>(37.926)</u>	<u>(374)</u>	-	-	<u>(38.300)</u>
<u>Intangível líquido</u>					
Saldo em 31.12.2012	<u>336.760</u>	<u>192</u>	<u>109.273</u>	<u>3.466</u>	<u>449.691</u>
Saldo em 31.12.2013	<u>469.668</u>	<u>131</u>	<u>91.056</u>	<u>1.900</u>	<u>562.755</u>
Taxas de amortização - %	4,92	20			

- (a) Refere-se a obras e serviços realizados nas rodovias, tais como pavimentação, duplicação, marginais, acostamentos, canteiros centrais, obras de arte especiais, terraplenagem, implantação de sistema de arrecadação e monitoramento de tráfego, sinalização e outros, sendo amortizados com base na curva de tráfego projetado.

11. DIFERIDO

É representado por:

	<u>31.12.2013</u>	<u>31.12.2012</u>
Gastos pré-operacionais:		
Pessoal/administradores	3.544	3.544
Consumo	981	981
Custos contratuais da concessão	3.246	3.246
Depreciações e amortizações	67	67
Conservação da rodovia	4.153	4.153
Serviços de terceiros	5.176	5.176
Tributários	1.207	1.207
Resultados financeiros	(869)	(869)
Outros gastos	<u>327</u>	<u>327</u>
	17.832	17.832
Amortização acumulada	<u>(8.781)</u>	<u>(6.998)</u>
	<u>9.051</u>	<u>10.834</u>

Refere-se a gastos pré-operacionais representados por estudos de viabilidade, reformas e obras nas faixas de domínio necessárias para equalização de necessidade de reparos emergenciais nas rodovias e serviços prestados de acordo com o estabelecido nos contratos de concessão, incorridos até 31 de dezembro de 2008. Os gastos pré-operacionais são amortizados em dez anos, conforme a expectativa de retorno desses gastos pela Administração da Sociedade, de acordo com a Lei nº 11.941/09.

12. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Estão representados por:

	<u>Encargos anuais</u>	<u>31.12.2013</u>	<u>31.12.2012</u>
Passivo circulante:			
Financiamento de investimentos (BNDES) (a)	TJLP + 2,58% a.a.	13.294	10.071
Financiamento de equipamentos e outros (FINAME) (b)	TJLP + 2.68% a.a.	-	118
Financiamento de Veículo Banco Volks (c)	16,63% a.a. pré-fixada	42	72
Custos de transação		<u>(76)</u>	<u>(76)</u>
		<u>13.260</u>	<u>10.185</u>
Passivo não circulante:			
Financiamento de investimentos (BNDES) (a)	TJLP + 2,58% a.a.	227.451	219.000
Financiamento de Veículos Banco Volks (c)	16,63% a.a. pré-fixada	-	42
Custos de transação		<u>(841)</u>	<u>(906)</u>
		<u>226.610</u>	<u>218.136</u>

TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo.

(a) Contrato de abertura de crédito firmado com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES para financiamento das obras e dos serviços de recuperação, melhoramento, manutenção, conservação, ampliação, operação e exploração de rodovias.

- (b) Financiamento de equipamentos, tendo como garantia o próprio bem, aval dos acionistas ou notas promissórias.
- (c) Cédulas de crédito bancário celebrado com o Banco Volkswagen para aquisição de veículos de uso administrativo, com prazo de amortização de 36 meses, a partir da data de formalização da transação, cujas garantias são os próprios bens.

Em 31 de dezembro de 2013, as parcelas de longo prazo relativas aos empréstimos e financiamentos apresentavam os seguintes vencimentos:

<u>Ano de vencimento</u>	<u>R\$</u>
2015	15.671
2016	16.859
2017	18.143
2018	19.524
A partir de 2019	<u>156.413</u>
	<u>226.610</u>

Os contratos de financiamento dos investimentos de longo prazo com o BNDES possuem cláusulas que, se descumpridas, podem implicar vencimento antecipado. Dentre essas cláusulas, as principais são as seguintes:

- a) Manter em situação regular suas obrigações com os órgãos do meio ambiente, durante o período de vigência dos Contratos de Financiamento.
- b) Não sofrer sanção de multa por inadimplemento do Contrato de Concessão, com decisão administrativa final, correspondente a infrações relacionadas a seguros ou prestação de garantias determinados pela ANTT.
- c) Apresentar semestralmente, ao BNDES, até a final liquidação dos Contratos, balanços auditados por empresa de auditoria independente registrada na CVM.
- d) Exceto no caso de expressa anuência do BNDES, não realizar distribuição de dividendos acima do mínimo obrigatório nem pagamento de juros sobre capital próprio que não seja imputado ao mínimo obrigatório de dividendos até a conclusão física dos projetos financiados;
- e) Manter em uma relação mínima de 20% (vinte por cento) entre o Patrimônio Líquido e o Passivo Total, durante a vigência dos Contratos.
- f) Não conceder mútuos a qualquer acionista sem a prévia e expressa autorização do BNDES.
- g) Não apresentar, sem prévia e expressa autorização do BNDES, saldo devedor que represente mais de 15% (quinze por cento) da receita bruta, adotando-se as seguintes definições e condições exclusivamente para o fim de verificação de inadimplemento desta condição:

- 1) Receita bruta: receita bruta apurada conforme a legislação contábil vigente, auferida no exercício anual anterior, verificada pela documentação estipulada, valor este que servirá de parâmetro até a divulgação do balanço do próximo exercício.
- 2) Saldo devedor: saldo de dívidas contratadas e efetivamente tomadas com terceiros, incluindo principal, juros e todos os demais encargos.
- 3) Ficam excluídos do cômputo os valores referentes:
 - 3.1 À contratação de financiamentos cuja finalidade seja exclusivamente a aquisição de equipamentos para a operação da concessionária.
 - 3.2 Aos mútuos concedidos à concessionária por qualquer acionista, desde que a taxa de juros não seja superior a 2% (dois por cento) acima do CDI ou 8% (oito por cento) acima do IPCA, conforme o indexador da taxa de juros dos contratos de mútuo.
 - 3.3 Aos saldos devedores referentes ao crédito decorrente dos Contratos.
- h) Não realizar distribuição de dividendos, pagamento de juros sobre o capital próprio, pagamento de juros dos mútuos, ou amortização de principal desses mútuos quando o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - ICSD for inferior a 1,3, o qual será calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{ICSD} = \left(\frac{\text{Geração de Caixa da Atividade}}{\text{Serviço da Dívida}} \right)$$

Onde:

Geração de Caixa da Atividade	Serviço da Dívida	EBITDA
(+) EBITDA	(+) Amortização de principal	(+) Lucro líquido
(-) Imposto de renda	(+) Pagamentos de juros	(+) Despesa/receita financeira líquida
(-) Contribuição social		(+) Depreciações e amortizações
		(+) Provisão para imposto de renda e contribuição social
		(+) Outras despesas/receitas líquidas não operacionais

- i) Não ceder, alienar, transferir, vender, caucionar, empenhar, gravar ou, por qualquer forma, negociar ou onerar os direitos cedidos ou sua respectiva aplicação financeira sem prévio e expresso consentimento do BNDES.
- j) Manter depositado na conta reserva, até a final liquidação de todas as obrigações assumidas pela concessionária nos contratos de financiamentos, o valor mínimo do equivalente a 3 (três) vezes o valor da última prestação vencida do serviço da dívida, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios da dívida decorrente do contrato de financiamento.
- k) Além das hipóteses indicadas acima, o BNDES poderá decretar o vencimento antecipado dos contratos e exigir imediatamente a dívida, nas seguintes hipóteses:

- (a) Inadimplemento de quaisquer obrigações assumidas perante o BNDES e suas subsidiárias, por parte de empresa ou entidade integrante do Grupo Econômico.
- (b) A redução do quadro de pessoal sem atendimento ao programa de treinamento aprovado pelo BNDES.
- (c) A existência de sentença condenatória transitada em julgado em razão da prática de atos, que importem em trabalho infantil, trabalho escravo ou crime contra o meio ambiente.
- (d) A alteração, sem prévio conhecimento do BNDES, ou extinção dos Contratos de Concessão.
- (e) O descumprimento da obrigação estabelecida no cálculo do índice ICSD mencionado anteriormente.

Do acionista

- a) Submeter à aprovação do BNDES quaisquer propostas de matérias concernentes à oneração, a qualquer título, de ação de sua propriedade, de emissão da concessionária, à venda, aquisição, incorporação, fusão, cisão de ativos ou qualquer outro ato que importe ou possa vir a importar em modificações na atual configuração da concessionária ou em transferência do controle acionário da concessionária, ou em alteração da sua qualidade de acionista controlador da concessionária.
- b) Não promover a inclusão em acordo societário, estatuto ou contrato social da concessionária, de dispositivo que importe em restrições à capacidade de crescimento ou desenvolvimento tecnológico da concessionária ou que importem em restrições ou prejuízo à capacidade de pagamento das obrigações financeiras das operações com o BNDES.
- c) Suprir, de forma solidária, mediante aumentos do capital social da concessionária, em dinheiro, as insuficiências de recursos necessários à execução do projeto.
- d) Manter, durante a vigência do Contrato, suas atuais participações no capital social da concessionária, bem como não alienar, empenhar, gravar ou onerar suas ações representativas do capital social da concessionária, sem prévia e expressa anuência do BNDES.
- e) Manter empenhadas ao BNDES, durante a vigência dos Contratos, a totalidade das ações emitidas pela concessionária.
- f) Na hipótese de extinção do Contrato de Concessão por inadimplemento resultante de atos ou omissões da concessionária ou ainda por falência ou recuperação judicial da concessionária, pagar, de forma solidária, o equivalente a 25% (vinte e cinco por cento) do saldo devedor perante o BNDES, em até 90 (noventa) dias a contar do término do Contrato de Concessão, independentemente do recebimento de qualquer indenização por parte do Poder Concedente. Após o pagamento ao BNDES dessa indenização, a interveniente deverá pagar ao BNDES, de forma solidária, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias a partir deste pagamento, qualquer diferença existente entre os saldos devedores remanescentes e o valor da indenização.

Caso a indenização não ocorra no prazo de 12 (doze) meses a contar do término do Contrato de Concessão, as intervenientes deverão pagar o saldo devedor restante em até 60 (sessenta) dias após expirado prazo.

A Sociedade está cumprindo todas as cláusulas dos contratos com o BNDES nas datas das Demonstrações Financeiras. O valor justo dos empréstimos registrados no passivo circulante e não circulante é próximo de seu valor contábil, uma vez que o impacto do desconto não é significativo, tendo em vista que as taxas de descontos são substancialmente semelhantes às contratadas.

13. DEBÊNTURES

Os saldos estão representados por:

				<u>31.12.2013</u>
<u>Série</u>	<u>Quantidade emitida unitária</u>	<u>Taxas contratuais (%)</u>	<u>Vencimentos</u>	<u>Não circulante</u>
1ª série (a)	1.390	CDI + 1,4% a.a.	07/2015	14.250
Custo de transação				<u>(13)</u>
Total				<u>14.237</u>

Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

(a) 1ª emissão de debêntures de 04 de outubro de 2013 com valor real unitário em 31 de dezembro de 2013 de R\$10 (dez mil reais) cada uma.

As debêntures foram subscritas pelo seu valor real unitário acrescido, da remuneração incidente entre a data de emissão e a data da efetiva integralização, conforme descrito a seguir:

<u>Série</u>	<u>Data de Emissão</u>	<u>Valor real em 31.12.2013</u>	<u>Data de integralização</u>	<u>Valor Subscrito</u>
1ª série	04.10.2013	14.250	08.10.2013	13.910

A remuneração das debêntures da 1ª emissão será paga em 21 meses, contados da data de Emissão, com vencimento em 4 de julho de 2015.

As debêntures contêm cláusulas restritivas que implicam no vencimento antecipado e requerem o cumprimento de determinados índices financeiros conforme divulgado na seção “Escrituras e aditamentos de debêntures”, arquivado na CVM.

Em 31 de dezembro de 2013, a Sociedade, emissora das debêntures, não apresentavam desvios em relação ao cumprimento das condições contratuais pactuadas nas debêntures.

As debêntures são garantidas por:

1. As Debêntures são garantidas por fiança prestada pela Fiadora (Arteris S.A.), em favor dos Debenturistas.
2. A Fiança é prestada em caráter universal e compreenderá a dívida principal e todos os seus acessórios, como juros moratórios, multa convencional ou moratória, e outros acréscimos, inclusive eventuais custos incorridos pelos Debenturistas em decorrência de processos, procedimentos e outras medidas judiciais ou extrajudiciais.
3. O Valor Garantido será pago pela Fiadora em até 3 (três) Dias Úteis após recebimento de notificação por escrito do Agente Fiduciário à Fiadora, que deverá ser acompanhada, quando aplicável, de comprovantes das despesas incorridas.
4. Nenhuma objeção ou oposição da Emissora poderá, ainda, ser admitida ou invocada pela Fiadora com o fito de escusar-se do cumprimento de suas obrigações perante os Debenturistas.
5. A Fiadora sub-rogar-se-á nos direitos dos Debenturistas caso venham a honrar, total ou parcialmente, a Fiança, até o limite da parcela da dívida efetivamente honrada, sendo certo que a Fiadora obriga-se a somente exigir tais valores da Emissora após os Debenturistas terem recebido integralmente o Valor Garantido.
6. A inobservância, pelo Agente Fiduciário, dos prazos para execução da Fiança em favor dos Debenturistas não ensejará, sob hipótese nenhuma, perda de qualquer direito ou faculdade, podendo a Fiança ser excutada e exigida pelo Agente Fiduciário, judicial ou extrajudicialmente.
7. Cabe ao Agente Fiduciário, conforme função que lhe é atribuída por esta Escritura de Emissão e pela Lei das Sociedades por Ações, requerer a execução judicial ou extrajudicial da fiança prevista, em uma ou mais vezes, uma vez verificada qualquer hipótese de insuficiência de pagamento de quaisquer valores, principais ou acessórios, devidos pela Emissora.

14. FORNECEDORES

Em 31 de dezembro de 2013, o saldo de R\$10.109 (R\$8.176 em 31 de dezembro de 2012) refere-se a fornecedores e prestadores de serviços relacionados predominantemente à concessão e inclui gastos com aquisição de estoques e itens do imobilizado e execução de obras na rodovia.

15. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações efetuadas com a controladora e partes relacionadas são relativas a contratos de serviços de construção, execução de obras, despesas administrativas e mútuos para capital de giro.

Os saldos em 31 de Dezembro de 2013 e de 2012 e as transações realizadas, com a controladora e partes relacionadas, com as quais ocorreram operações, estão demonstrados a seguir:

<u>Ativo circulante</u>	<u>31.12.2013</u>	<u>31.12.2012</u>
Contas a receber:		
Paulista Gerenciamento de Rodovias Ltda. (c)	221	221
Latina Manutenção de Rodovias Ltda. (c)	<u>229</u>	<u>229</u>
Total	<u>450</u>	<u>450</u>

<u>Passivo circulante</u>	<u>31.12.2013</u>	<u>31.12.2012</u>
Empréstimos e financiamentos:		
Mútuos - Arteris S.A.(d)	8.592	14.483
Custo de transação	<u>(626)</u>	<u>-</u>
	<u>7.966</u>	<u>14.483</u>
Contas a pagar:		
Arteris S.A. (b)	<u>453</u>	<u>237</u>
Fornecedores partes relacionadas:		
Latina Manutenção de Rodovias Ltda. (a)	4.353	4.774
Latina Sinalização de Rodovias Ltda. (a)	1.337	544
Intervias - Conc Rodov Interior Paulista. (a)	-	1
	<u>5.690</u>	<u>5.319</u>

<u>Passivo não circulante</u>	<u>31.12.2013</u>	<u>31.12.2012</u>
Empréstimos e financiamentos:		
Mútuos - Arteris S.A.(a)	<u>151.483</u>	<u>37.000</u>

Contas de Resultado:	<u>31.12.2013</u>		<u>31.12.2012</u>	
	<u>Conservação da rodovia</u>	<u>Despesas financeiras</u>	<u>Conservação da rodovia</u>	<u>Despesas financeiras</u>
Arteris S.A.	-	(10.108)	-	(4.517)
Latina Manutenção de Rodovias Ltda.	<u>(1.650)</u>	-	<u>(7.064)</u>	-
Total	<u>(1.650)</u>	<u>(10.108)</u>	<u>(7.064)</u>	<u>(4.517)</u>

- (a) Refere-se à prestação de serviços direcionados à manutenção e conservação inicial da malha rodoviária concedida para a Sociedade, efetuadas por sociedades controladas da Arteris S.A.
- (b) Referem-se a rateios de custos e despesas administrativas entre empresas do Grupo Arteris S.A.
- (c) Referem-se a créditos de saldos de provisões trabalhistas de colaboradores transferidos destas empresas para a Sociedade a serem reembolsados.
- (d) Refere-se a mútuos obtidos para financiamento das operações da Sociedade. Os juros são calculados tendo como base 100% da variação do CDI mais 1,037% e 1,7% ao ano. Os juros vencerão anualmente a partir de dezembro de 2014 e do principal a partir de dezembro de 2015. Para os contratos cujo vencimento do principal ocorrer em data diferente do mês de dezembro, após o vencimento dos

juros a Administração analisará o vencimento do valor do principal. O saldo é composto como segue:

<u>Data da Liberação</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Encargos</u>	<u>Valor do principal</u>	<u>31.12.2013</u>	<u>31.12.2012</u>
29.09.2008	Dezembro de 2015	CDI + 1,037% a.a.	8.000	11.997	11.131
27.11.2008	Dezembro de 2015	CDI + 1,037% a.a.	13.000	19.495	18.089
19.12.2008	Dezembro de 2015	CDI + 1,037% a.a.	16.000	23.994	22.263
28.01.2013	Janeiro de 2016	CDI + 1,7% a.a.	25.000	26.956	-
19.04.2013	Abril de 2016	CDI + 1,7% a.a.	35.000	37.139	-
27.09.2013	Setembro de 2016	CDI + 1,7% a.a.	20.000	20.481	-
30.12.2013	Setembro de 2016	CDI + 1,7% a.a.	<u>20.000</u>	<u>20.013</u>	<u>-</u>
			<u>137.000</u>	<u>160.075</u>	<u>51.483</u>

Os juros vencerão anualmente a partir de dezembro de 2014. Para os contratos cujo vencimento do principal ocorrer em data diferente do mês de dezembro, após o vencimento dos juros a Administração analisará o vencimento do valor do principal.

No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a sociedade reconheceu os montantes de R\$895 (R\$749 em 31 de dezembro de 2012) respectivamente, a título de remuneração de seus administradores. Os administradores, não obtiveram ou concederam empréstimos à Sociedade e/ou a suas partes relacionadas, bem como não possuem benefícios indiretos significativos.

A Sociedade concede a seus empregados a participação no lucro e resultado anual. O cálculo desta participação baseia-se no alcance de metas empresariais e objetivos específicos, estabelecidos, aprovados e divulgados no início de cada exercício e seu pagamento efetuado no exercício seguinte conforme mensuração do atingimento das metas e objetivos. Durante o exercício corrente as provisões contábeis são apuradas mensalmente em bases estimadas e apropriadas ao resultado, tendo como contrapartida as obrigações sociais. Os saldos de provisão para Participação nos Lucros e Resultados (PLR) registrados em 31 de Dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012, respectivamente, na rubrica “Obrigações sociais” são de R\$1.285 e R\$852.

Participam do programa anual todos os empregados ativos e ex-empregados para o período que trabalharam durante o exercício social. No caso de ex- empregados participam aqueles com desligamento sem justa causa.

O cálculo da participação baseia-se em metas empresariais e objetivos específicos sobre os quais são atribuídos pesos conforme tabelas específicas. As metas, objetivos e pesos, resumem-se principalmente em cumprimento do orçamento de despesas e receitas, EBITDA consolidado e por empresa, além de avaliações individuais baseadas em competência técnica e comprometimento com qualidade.

A Sociedade provê a seus empregados benefícios de assistência médica, reembolso odontológico e seguro de vida, enquanto permanecem com vínculo empregatício. Tais benefícios são parcialmente custeados pelos empregados de acordo com sua categoria profissional e utilização dos respectivos planos. Esses benefícios são registrados como custos ou despesas quando incorridos.

Em relação às transações realizadas com partes relacionadas foram observados estritamente os padrões de mercado, os legais e o interesse da Sociedade. Sempre que necessário essas transações são submetidas ao Conselho de Administração para aprovação, nos termos do Estatuto Social. As operações e os negócios celebrados pela Sociedade com partes relacionadas estão sujeitos aos encargos financeiros descritos anteriormente, que são compatíveis com as taxas praticadas no país.

16. PROVISÕES

16.1 Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais

A Sociedade têm reclamações judiciais pendentes de resolução e correspondentes, fundamentalmente, a ações cíveis derivadas de responsabilidade civil em relação aos usuários da rodovia, bem como a processos trabalhistas.

A Administração constituiu, com base na opinião de seus advogados, uma provisão para cobrir as perdas que provavelmente possam decorrer das referidas ações judiciais e estima que a decisão final destas não afete significativamente o fluxo de caixa, a posição financeira e o resultado das operações da Sociedade.

A movimentação do saldo dos riscos cíveis e trabalhistas e fiscais durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 são conforme segue:

	<u>31.12.2012</u>	<u>Adições</u>	<u>Reversões</u>	<u>Utilizações</u>	<u>Encargos</u>	<u>31.12.2013</u>
Cíveis	719	631	(533)	(512)	-	305
Trabalhistas	<u>56</u>	<u>381</u>	<u>(52)</u>	<u>(75)</u>	-	<u>310</u>
Total	<u>775</u>	<u>1.012</u>	<u>(585)</u>	<u>(587)</u>	-	<u>615</u>

	<u>31.12.2011</u>	<u>Adições</u>	<u>Reversões</u>	<u>Utilizações</u>	<u>Encargos</u>	<u>31.12.2012</u>
Cíveis	56	743	(38)	(55)	13	719
Trabalhistas	<u>1</u>	<u>106</u>	-	<u>(51)</u>	-	<u>56</u>
Total	<u>57</u>	<u>849</u>	<u>(38)</u>	<u>(106)</u>	<u>13</u>	<u>775</u>

Adicionalmente, a Sociedade é parte em processos cíveis e trabalhistas ainda em andamento, advindos do curso normal de suas operações, classificados como de risco possível por seus advogados, para os quais não foram constituídas provisões. Tais processos representam os montantes de R\$11 e R\$28, respectivamente em cada natureza de risco em 31 de dezembro de 2013 (R\$13 para riscos trabalhistas em 31 de dezembro de 2012).

Os depósitos judiciais classificados no ativo não circulante referem-se a discussões judiciais para as quais não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco ser classificado como possível ou remoto.

16.2 Provisão para manutenção e investimentos

A contabilização das provisões de manutenção e de investimentos na rodovia é calculada, respectivamente, com base na melhor estimativa de gastos a serem incorridos com reparos e substituições, serviços de construção e melhorias, sendo na provisão de investimentos considerados os valores até o final da concessão e na de manutenção considerados os valores da próxima intervenção.

A movimentação do saldo das provisões para manutenção e investimentos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 são conforme seguem:

<u>Provisões</u>	<u>Circulante</u>		<u>Não circulante</u>	
	Manutenção em rodovia	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia	Investimentos em rodovia
Saldos em 31.12.2012	6.400	-	14.580	4.957
Adições	1.336	-	6.136	-
Utilizações	-	(109)	-	-
Ajuste a valor presente	51	-	878	315
Transferências	<u>(7.787)</u>	<u>5.272</u>	<u>7.787</u>	<u>(5.272)</u>
Saldos em 31.12.2013	<u>=</u>	<u>5.163</u>	<u>29.381</u>	<u>=</u>

<u>Provisões</u>	<u>Circulante</u>		<u>Não circulante</u>	
	Manutenção em rodovia	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia	Investimentos em rodovia
Saldos em 31.12.2011	484	4.580	9.013	-
Adições	5.781	212	4.805	468
Utilizações	-	-	-	-
Ajuste a valor presente	135	-	762	(303)
Transferências	<u>-</u>	<u>(4.792)</u>	<u>-</u>	<u>4.792</u>
Saldos em 31.12.2012	<u>6.400</u>	<u>-</u>	<u>14.580</u>	<u>4.957</u>

17. SINISTROS RECEBIDOS

Em 31 de dezembro de 2012, o saldo de R\$941 refere-se a indenizações do Itaú Seguros S.A. para execução de obras emergenciais e essenciais na manutenção de diversos locais sinistrados ao longo da rodovia.

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

- a) O capital social em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 é de R\$167.818 e está representado por 159.417.665 ações ordinárias sem valor nominal em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, conforme demonstrado a seguir:

	<u>31.12.2013</u>	
	Quantidade de ações subscritas	Participação - %
Arteris S.A.	<u>159.417.665</u>	<u>100,00%</u>

	<u>31.12.2012</u>	
	Quantidade de ações subscritas	Participação - %
Arteris S.A.	159.417.662	99,999999
Conselho de Administração	3	0,000001
Total	<u>159.417.665</u>	<u>100,00%</u>

Cada ação tem direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

- b) Reservas de lucros e distribuição de dividendos:

Reserva legal e retenção de lucros

O estatuto social da Sociedade prevê que o lucro líquido do exercício, após a destinação da reserva legal, na forma da lei, poderá ser destinado à reserva para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais, retenção de lucros prevista em orçamento de capital a ser aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas ou reserva de lucros a realizar, observado o Artigo 198 da Lei nº 6.404/76.

Distribuição de dividendos

O estatuto social da Sociedade prevê a distribuição de, no mínimo, dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

19. RECEITAS

Estão representadas por:

	<u>31.12.2013</u>	<u>31.12.2012</u>
Receita de serviços prestados	103.544	92.493
Receita de serviços de construção	123.514	141.487
Outras receitas	<u>112</u>	<u>209</u>
	<u>227.170</u>	<u>234.189</u>

A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração do resultado do exercício é como segue:

	<u>31.12.2013</u>	<u>31.12.2012</u>
Receita bruta	227.170	234.189
ISSQN	(5.185)	(4.550)
PIS	(1.122)	(595)
COFINS	(2.782)	(2.747)
Outras deduções	-	(1.654)
Receita líquida	<u>218.081</u>	<u>224.643</u>

20. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

Estão representados por:

	<u>31.12.2013</u>	<u>31.12.2012</u>
Custos:		
Custo de construção	(123.514)	(141.487)
Com pessoal	(7.290)	(6.818)
Serviços de terceiros	(18.080)	(16.204)
Depreciação / amortização	(15.650)	(10.989)
Seguros / garantias	(1.866)	(1.811)
Conservação	(13.455)	(18.757)
Provisão de Manutenção em rodovia	(7.472)	(10.586)
Taxa fiscalização	(2.484)	(2.345)
Outros	<u>(3.374)</u>	<u>(3.267)</u>
Total	<u>(193.185)</u>	<u>(212.264)</u>

	<u>31.12.2013</u>	<u>31.12.2012</u>
Despesas:		
Com pessoal	(5.478)	(3.928)
Serviços de terceiros	(1.821)	(1.464)
Depreciação / amortização	(771)	(771)
Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	(509)	(849)
Despesas de aluguel	(126)	(54)
Consumo	(1.327)	(84)
Transporte	(221)	(149)
Outros	<u>(549)</u>	<u>(1.326)</u>
Total	<u>(10.802)</u>	<u>(8.625)</u>

21. RESULTADO FINANCEIRO

Estão representados por:

	<u>31.12.2013</u>	<u>31.12.2012</u>
Receitas financeiras:		
Juros ativos	40	-
Aplicações financeiras	2.183	2.620
Encargos Financeiros - reversão de ajuste a valor presente	-	303
Outras receitas	<u>134</u>	<u>15</u>
Total receitas	<u>2.357</u>	<u>2.938</u>
Despesas financeiras:		
Encargos financeiros	(23.790)	(17.092)
Encargos financeiros - ajuste a valor presente	(1.244)	(898)
Outras despesas	<u>(1.594)</u>	<u>(119)</u>
Total despesas	<u>(26.628)</u>	<u>(18.109)</u>

22. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

a) Caixa e equivalentes de caixa

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluída na demonstração dos fluxos de caixa está demonstrada na nota explicativa nº 5.

b) Informações suplementares

	<u>31.12.2013</u>	<u>31.12.2012</u>
Transações de investimentos e financiamentos que não envolveram caixa:		
Aquisição de bens do intangível registrados em obrigações nas contas de fornecedores, partes relacionadas, cauções contratuais e obrigações fiscais	4.390	(3.143)
Provisão (realização) de obras futuras registradas no passivo	(109)	680
Aumento de Capital com dividendos a pagar	-	884
Juros Capitalizados	4.066	3.658

23. RECONCILIAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A reconciliação entre a taxa efetiva e a taxa real do imposto de renda e da contribuição social nas demonstrações do resultado referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 é como segue:

	<u>31.12.2013</u>	<u>31.12.2012</u>
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(9.841)	(12.164)
Alíquota vigente combinada	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Expectativa de crédito de imposto de renda e contribuição social, de acordo com a alíquota vigente combinada	3.346	4.136
Efeito de adições e exclusões	<u>49</u>	<u>(682)</u>
Crédito (Despesa) contabilizada	<u>3.395</u>	<u>3.454</u>
Créditos (Despesas) de imposto de renda e contribuição social:		
Correntes	-	(490)
Diferidos	<u>3.395</u>	<u>3.944</u>
	<u>3.395</u>	<u>3.454</u>

Os efeitos de determinados itens na reconciliação mencionada, sobre os quais não houve reconhecimento de imposto de renda e contribuição social diferidos, decorrem de situações fiscais específicas de empresas que não atenderam às condições previstas na norma contábil para o respectivo reconhecimento do ativo fiscal diferido.

Em 11 de novembro de 2013 foi editada a Medida Provisória - MP 627 introduzindo modificações nas regras tributárias e eliminando o Regime de Tributação Transitória - RTT adotado pela Sociedade para fins de apuração do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido. A Sociedade, apoiada por seus assessores, analisou os dispositivos desta MP e os impactos que poderiam gerar sobre as demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, concluindo que não há efeitos significativos a serem registrados em 31 de dezembro de 2013.

Até a conclusão das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2013 a Administração da Sociedade não havia decidido sobre a adoção antecipada desta MP, para o exercício de 2014.

24. PREJUÍZO POR AÇÃO

As tabelas a seguir reconciliam o prejuízo e a média ponderada do valor por ação utilizados para o cálculo do prejuízo básico e do prejuízo diluído por ação.

	<u>31.12.2013</u>	<u>31.12.2012</u>
<u>Básico</u>		
Prejuízo do exercício	(6.446)	(8.710)
Número de ações durante o ano	<u>159.418</u>	<u>135.210</u>
Prejuízo por ação - básico	<u>(0,04043)</u>	<u>(0,06442)</u>
<u>Diluído</u>		
Prejuízo utilizado na apuração do prejuízo básico por ação	(6.446)	(8.710)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias utilizada na apuração do prejuízo diluído por ação	<u>159.418</u>	<u>135.210</u>
Prejuízo por ação - diluído	<u>(0,04043)</u>	<u>(0,06442)</u>

Não há diferença entre prejuízo básico e prejuízo diluído por ação pois não ter havido durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, instrumentos patrimoniais com efeitos dilutivos.

A quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas no cálculo do prejuízo por ação diluído concilia com a quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas na apuração do prejuízo básico por ação, não existindo mais quantidades como opções a empregados e/ou outras opções a serem conciliadas.

25. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante a avaliação potencial dos riscos. Os principais fatores de risco que podem afetar os negócios da Sociedade estão apresentados a seguir:

Gestão de risco de capital

A Administração da Sociedade gerencia seus recursos a fim de assegurar a continuidade dos negócios e maximizar os recursos para aplicação em novos investimentos, além de prover retorno aos acionistas.

A estrutura de capital da Sociedade consiste em passivos financeiros, caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e patrimônio líquido, compreendendo o capital social e os lucros acumulados.

Periodicamente, a Administração revisa a estrutura de capital e sua habilidade em liquidar os seus passivos, bem como monitora tempestivamente o prazo médio de fornecedores em relação ao prazo médio de giro dos ativos circulantes, tomando as ações necessárias quando a relação entre esses saldos apresentar ativo maior que o passivo.

Os objetivos da Sociedade ao administrar seu capital são de salvaguarda da capacidade e continuidade das operações, oferecendo retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir custo e maximizar os recursos para aplicação em novos investimentos e investimentos nos negócios existentes.

Valor justo dos instrumentos financeiros contabilizados ao custo amortizado

Os instrumentos financeiros mantidos pela Sociedade são registrados ao custo amortizado e aproximam-se de seu valor justo, devido ao que segue:

Empréstimos e financiamentos e debêntures: são substancialmente contratados a taxas de juros pós-fixadas.

Contas a receber e fornecedores: possuem prazo médio de 30 dias.

Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas: estão substancialmente indexados ao CDI.

Uma vez que a natureza, a característica e as condições contratadas estão refletidas nos saldos contábeis, os saldos elegíveis são ajustados a valor presente quando aplicável. A Sociedade não detém instrumentos financeiros derivativos ou outros

instrumentos de riscos semelhantes. Diferenças poderiam ocorrer se tais valores fossem liquidados antecipadamente.

	<u>31.12.2013</u>	<u>31.12.2012</u>
Ativos	Empréstimos recebíveis	Empréstimos recebíveis
Caixa e equivalentes de caixa	34.882	12.712
Aplicações financeiras vinculadas	6.339	6.675
Contas a receber de clientes	4.679	3.920
Partes relacionadas	450	450

	<u>31.12.2013</u>	<u>31.12.2012</u>
Passivos	Passivos financeiros ao custo amortizado	Passivos financeiros ao custo amortizado
Fornecedores	10.109	8.126
Empréstimos e financiamentos	239.870	228.321
Debêntures	14.237	-
Partes relacionadas	165.592	57.039

Riscos de mercado

a) Exposição a riscos cambiais

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, a Sociedade não apresentava saldo relevante de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira.

b) Exposição a riscos de taxas de juros

A Sociedade, está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações da TJLP, do IPCA e do CDI, relativos a empréstimos e debêntures em reais. As taxas de juros das aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI.

Em 31 de dezembro de 2013, a Administração efetuou análise de sensibilidade considerando aumentos de 25% e de 50% e uma redução de 25% nas taxas de juros esperadas sobre os saldos de empréstimos e financiamentos e debêntures, líquidos das aplicações financeiras.

<u>Indicadores</u>	<u>Cenário I</u> (provável)	<u>Cenário II</u> (+ 25%)	<u>Cenário III</u> (- 25%)	<u>Cenário IV</u> (+ 50%)
CDI	10,00%	12,50%	7,50%	15,00%
Juros a Incorrer(*)	(20.163)	(24.570)	(15.741)	(28.963)

<u>Indicadores</u>	<u>Cenário I</u> <u>(provável)</u>	<u>Cenário II</u> <u>(+ 25%)</u>	<u>Cenário III</u> <u>(- 25%)</u>	<u>Cenário IV</u> <u>(+ 50%)</u>
Receita de aplicações Financeiras	1.916	2.395	1.437	2.874
TJLP	5,00%	6,25%	3,75%	7,50%
Juros a incorrer(*)	(18.188)	(21.353)	(15.274)	(24.353)
Juros a incorrer Líquido(*)	<u>(36.435)</u>	<u>(43.528)</u>	<u>(29.578)</u>	<u>(50.442)</u>

Fonte dos índices: Relatório Focus - BACEN.

(*) Referem-se ao cenário de juros a incorrer para os próximos 12 meses ou até a data do vencimento do contrato, o que for menor.

Estas apresentações são adicionais às divulgações requeridas pelo IFRS, estando apresentadas em conformidade com as divulgações requeridas pela CVM.

c) Risco de crédito

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, a Sociedade apresentava valores a receber da empresa CGMP - Centro de Gestão de Meios de Pagamento S.A. de R\$4.239 e R\$3.474, respectivamente, decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio (“Sem Parar”), registrados na rubrica “Contas a receber”.

A Sociedade possui carta de fiança firmada por instituição financeira para garantir a arrecadação das contas a receber com a CGMP.

d) Risco de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado pela controladora Arteris S.A., que possui um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para as necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos.

A controladora gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Sociedade e os prazos de amortização contratuais. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do exercício. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações:

<u>Modalidade</u>	Taxa de juros (média ponderada) efetiva % a.a.	<u>2014</u>	<u>2015</u>	<u>2016</u>	<u>2017</u>	2018 em diante	<u>Total</u>
BNDES	7,58	28.789	31.890	31.890	31.890	227.531	351.990
Debêntures	8,49	-	15.941	-	-	-	15.941
Volks	16,63	<u>72</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>72</u>
Total		<u>28.861</u>	<u>47.831</u>	<u>31.890</u>	<u>31.890</u>	<u>227.531</u>	<u>368.003</u>

26. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

A operação da Sociedade consiste na exploração de concessão pública de rodovias, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões e recursos são feitas.

A área de concessão da Sociedade é dentro do território brasileiro, as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários da rodovia e, portanto, nenhum cliente individualmente contribui de forma significativa para as receitas da Sociedade.

27. GARANTIAS E SEGUROS

A Sociedade, por força contratual, mantêm regularizadas e atualizadas as garantias que cobrem a execução das funções de ampliação e conservação especial e das funções operacionais de conservação ordinária da malha rodoviária e o pagamento da parcela fixa do ônus da concessão, quando aplicável.

Adicionalmente, por força contratual e por política interna de gestão de riscos, a concessionária mantém vigentes apólices de seguros de Riscos Operacionais, Riscos de Engenharia e de Responsabilidade Civil, para garantir a cobertura de danos decorrentes de riscos inerentes às suas atividades, tais como perda de receita, destruição total ou parcial das obras e bens que integram a Concessão, além de danos materiais e corporais aos usuários. Todos de acordo com os padrões internacionais para empreendimentos dessa natureza.

Em 31 de dezembro de 2013, as coberturas de seguros são resumidas como segue:

<u>Modalidade</u>	<u>Riscos cobertos</u>	<u>Limites de indenização</u>
Todos os riscos:	Riscos patrimoniais/Perda de receita (*)	180.000
	Responsabilidade civil	40.000
Garantia:	Garantia de execução do contrato de concessão	47.875

(*) Por sinistro

A Sociedade é fiadora do seguro garantia mencionado anteriormente.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO DA AUTOPISTA PLANALTO SUL S.A.

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da Autopista Planalto Sul S.A. (“Companhia” ou “Planalto Sul”) submete à apreciação de seus investidores e do mercado em geral o Relatório da Administração relativo ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2013.

CONTEXTO DO NEGÓCIO E ATIVIDADE

A concessão da Planalto Sul foi outorgada em fevereiro de 2008 através da licitação 006/2007, tendo como objeto a exploração do lote 2 do Programa de Concessões de Rodovias Federais. O trecho concedido compreende 412,7 quilômetros da Rodovia BR-116 que liga a cidade de Curitiba - PR à divisa de Santa Catarina com o Rio Grande do Sul. A Companhia, uma das nove concessionárias do Grupo Arteris S.A., é responsável por administrar e conservar a rodovia BR-116 durante os 25 anos de vigência do contrato de concessão.

O trecho administrado pela Companhia corta as cidades de Curitiba, Fazenda Rio Grande, Mandirituba, Quitandinha, Campo do Tenente e Rio Negro no estado do Paraná, Mafra, Itaiópolis, Papanduva, Monte Castelo, Santa Cecília, Ponte Alta do Norte, São Cristovão do Sul, Ponte Alta, Correia Pinto, Lages e Capão Alto no estado de Santa Catarina, interligando a região sudeste com o interior dos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, sendo um dos principais corredores de escoamento da produção agrícola desses Estados.

Atualmente, a Companhia opera cinco praças de pedágio localizadas ao longo da malha viária sob sua concessão com as seguintes características:

Nome da Praça	Localização	Tarifa média R\$
Fazenda Rio Grande	BR 116 Km 134+400 PR	3,61
Rio Negro	BR 116 Km 204+100 PR	3,61
Monte Castelo	BR 116 Km 081+600 SC	3,61
Santa Cecília	BR 116 Km 152+000 SC	3,61
Correia Pinto	BR 116 Km 233+100 SC	3,61

EVENTOS RELEVANTES

No dia 04 de outubro de 2013 a Companhia efetuou a emissão de debêntures simples não conversíveis em ações em série única de espécie quirografária com garantia fidejussória adicional, para distribuição pública com esforços restritos, totalizando R\$13,9 milhões. Os referidos títulos serão remunerados em 100% da variação acumulada da taxa DI com sobretaxa de 1,40% a.a. O vencimento ocorrerá em julho de 2015. Os recursos captados foram utilizados no resgate das notas promissórias emitidas em julho de 2013.

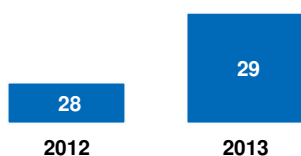
No decorrer do ano de 2013 a Companhia concluiu parte da primeira fase da obra de duplicação do trecho de Curitiba - PR a Fazenda Rio Grande - PR liberando aos usuários 5 quilômetros de rodovia duplicada.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

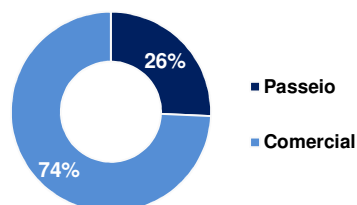
Tráfego

O tráfego pedagiado totalizou 29 milhões de veículos equivalentes em 2013, apresentando um acréscimo de 1 milhão de veículos equivalentes em relação ao exercício anterior. Historicamente, os fatores que exercem influência no desempenho do tráfego nas estradas concessionadas estão relacionados principalmente à evolução da atividade econômica brasileira, o que inclui os níveis de produção industrial, aumento ou redução da renda per capita, além de fatores regionais nas localidades onde estão situadas as rodovias.

Tráfego Pedagiado
Veículos Equivalentes (milhões)

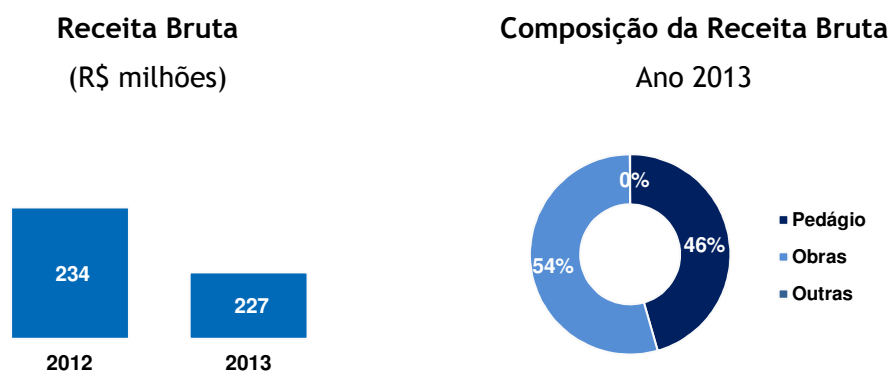


Composição do Tráfego
Ano 2013



Receita

A receita bruta da Companhia, composta por receita de pedágio, receita de obras e outras receitas acessórias, totalizou R\$227,1 milhões em 2013, com redução de 3% em relação aos R\$234,2 milhões registrados em 2012.



A receita de pedágio cresceu 11,9%, passando de R\$92,5 milhões em 2012 para R\$103,5 milhões em 2013. A principal razão que levou ao aumento foi o reajuste da tarifa de pedágio ocorrido em dezembro de 2012 conforme previsto no Contrato de Concessão.

Já a receita de obras registrou redução de R\$18 milhões (-12,7%), passando de R\$141,4 milhões em 2012 para R\$123,5 milhões em 2013. Essa redução é resultado da conclusão das obras durante o ano de 2013 iniciadas no final de 2011 previstas no Contrato de Concessão assim como reprogramações de obras junto a Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT para anos subsequentes devido regularização de aprovação de projetos, licenciamentos ambientais, processos de desapropriação e relocação de interferências.

As receitas acessórias, oriundas da exploração da faixa de domínio, totalizaram R\$112 mil em 2013 representando redução de 46,4% em relação ao ano anterior.

No ano de 2013, a Companhia obteve receita líquida de R\$218,1 milhões, R\$6,6 milhões inferior ao ano de 2012.

Custos e Despesas (excl. depreciação e amortização)

R\$ milhões	2013	2012	Var.
Custo dos serviços de construção	(123,5)	(141,4)	-12,7%
Serviços de terceiros	(19,9)	(17,7)	12,4%
Pessoal	(12,8)	(10,7)	19,6%
Provisão p/ manutenção em rodovias	(7,5)	(10,6)	-29,2%
Conservação	(13,5)	(18,8)	-28,2%
Taxa de fiscalização	(2,5)	(2,4)	4,2%
Seguros e garantias	(1,9)	(1,8)	5,6%
Remuneração da Administração	(0,9)	(0,8)	12,5%
Consumo	(1,3)	(0,4)	225,0%
Outros	(3,5)	(5,3)	-34,0%
Custos e despesas	(187,3)	(209,9)	-10,8%

Os custos e despesas (excluindo depreciações e amortizações) tiveram redução de 10,8% em 2013 em comparação ao exercício de 2012. A variação é justificada pelos custos e despesas abaixo relacionados:

- Na rubrica “Serviços de terceiros” houve aumento de 12,4% em relação a igual período do ano anterior devido aos reajustes contratuais dos serviços de guincho, atendimento pré-hospitalar, serviços de arrecadação e transporte de valores. Durante o ano de 2013 foram contratados guinchos adicionais para apoio no atendimento em dias de feriados;
- Custos e despesas com “Pessoal” sofreu impacto pelo reajuste salarial anual de 5,5%, aumento nos custos e despesas com provisão de participação nos lucros e rescisões contratuais, e reajuste do convênio assistência médica acima da inflação;
- Redução de R\$3,1 milhões em “Provisão para manutenção em rodovias” em razão da expectativa de manutenção, segundo o contrato de concessão. Os desembolsos de caixa destes custos ocorrerão em exercícios posteriores;
- Conservação da rodovia apresentou redução de 28,2% devido a redução nos custos de conservação de: (i) drenagem (ii) pavimento (iii) faixa de domínio (iv) serviços

emergenciais tais como desobstrução de pista e contenção de terraplenos (v) conservação de bases operacionais e praças de pedágio;

- O aumento nos custos com fiscalização é atrelado ao índice de reajuste da tarifa básica de pedágio;
- Aumento na rubrica Seguros e garantias em função reajuste contratual;
- Outros custos registraram redução devido principalmente despesas menores com provisões para contingências cíveis, custos com manutenção de equipamentos e materiais de consumo.

EBITDA e EBITDA Ajustado

R\$ milhões	2013	2012	Var.
Receita líquida	218,1	224,6	-2,9%
(-) Custos e despesas (excl. deprec. e amortização)	(187,3)	(209,9)	-10,8%
EBITDA	30,8	14,7	109,5%
(+) Provisão para manutenção de rodovias	7,5	10,6	-29,2%
EBITDA Ajustado	38,3	25,3	51,4%

1 EBITDA (Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization): medida de desempenho operacional dada pelo Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (LAJIDA). O EBITDA não é medida utilizada nas práticas contábeis e também não representa fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devendo ser considerado como alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. O EBITDA não tem significado padronizado e, portanto, não pode ser comparado ao EBITDA de outras companhias.

A Companhia entende que a melhor demonstração da geração de caixa das atividades operacionais, compreendidas pela cobrança de pedágio e operação dos principais serviços nas rodovias, é medida pelo EBITDA Ajustado, que corresponde ao EBITDA mais a reversão da provisão para manutenção de rodovias, cujo efeito caixa ocorrerá somente em exercício fiscal futuro.

O EBITDA Ajustado, excluindo os efeitos das provisões de manutenção em rodovias advindas da adoção do ICPC-01, encerrou o ano de 2013 em R\$38,3 milhões, com um acréscimo de 51,4% em relação ao ano anterior. Esse aumento é devido principalmente redução nos custos operacionais e acréscimo na receita de pedágio no exercício de 2013 conforme mencionado anteriormente.

Resultado Financeiro

R\$ milhões	2013	2012	Var.
Receitas Financeiras	2,4	2,9	-17,2%
Despesas Financeiras	(26,6)	(18,1)	47,0%
Resultado Financeiro Líquido	(24,2)	(15,2)	59,2%

O resultado financeiro líquido de 2013 foi negativo em R\$24,2 milhões, 59,2% maior em relação ao ano de 2012.

As receitas financeiras apresentaram redução de 17,2%, que correspondeu a R\$500 mil, esta redução está diretamente relacionada a redução do saldo médio das aplicações financeiras no ano de 2013.

As despesas financeiras sofreram acréscimo de R\$8,5 milhões (47%) em consequência de captações no decorrer do ano de 2013 do empréstimo de longo prazo que a Companhia tem firmado com o BNDES desde março de 2011, emissão de Debêntures ocorrida em outubro de 2013 e captação de empréstimos mútuos com a controladora Arteris S/A.

Prejuízo

Embora a receita de pedágio tenha registrado aumento em função do reajuste da tarifa, a Companhia encerrou o exercício de 2013 com prejuízo de R\$6 milhões, em 2012 foi registrado prejuízo de R\$9 milhões. A melhora no resultado de 2013 em relação a 2012 se deve a redução nos custos operacionais da Companhia representados principalmente por provisões para manutenção e custos com conservação da rodovia.

Prejuízo (R\$ milhões)



Endividamento

R\$ milhões	31/12/2013	31/12/2012	Var.
Dívida Bruta	254,0	228,2	11,3%
Curto Prazo	13,2	10,1	30,7%
Longo Prazo	240,8	218,1	10,4%
Disponibilidades e aplicações financeiras ¹	(41,2)	(19,4)	112,4%
Dívida Líquida	212,8	208,8	1,9%

¹ Curto e longo prazo.

Em 31 de dezembro de 2013, o endividamento bruto totalizava R\$254 milhões, apresentando aumento de R\$25,8 milhões (11,3%) maior em relação ao ano anterior. O aumento da dívida resulta da liberação de recursos oriundos do empréstimo de longo prazo contratado com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e primeira emissão de Debêntures da Companhia. Os recursos dos referidos empréstimos foram utilizados nos investimentos na rodovia realizados pela Companhia no ano de 2013.

O endividamento líquido (composto pela dívida bruta menos caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas), encerrou o ano de 2013 em R\$212,8 milhões, apresentando aumento de R\$4 milhões em relação ao montante de R\$208,8 milhões registrado no encerramento do exercício de 2012. O grau de alavancagem medido pela relação dívida líquida / EBITDA Ajustado ficou em 5,8x, ao final do exercício anterior esta relação era de 8,3x.

INVESTIMENTOS

Foram desembolsados R\$119,2 milhões em cumprimento ao cronograma de investimentos previsto no contrato, dentre os quais vale destacar:

- Duplicações Inclusive Obras de Artes Especiais;
- Pavimento;
- Elementos de proteção e segurança;
- Terraplenos;
- Reforço e alargamento de pontes;
- Regularização e melhoria de acessos;
- Recuperação e melhoria do sistema de drenagem;

Trevo do Distrito Industrial em Curitiba - PR;
Trevo de Fazenda Rio Grande - PR;
Sistema de comunicação - telefonia emergência call boxes;
Projetos;
Execução de passarelas em pista dupla;
Melhoria de interseções existentes;
Obras de combate a enchentes;
Sistema de iluminação da rodovia;
Execução de ruas laterais município de Fazenda Rio Grande - PR;
Sistema de controle de tráfego circuito fechado de TV CFTV;

RECURSOS HUMANOS

A seguir evolução do quadro de pessoal e índice de rotatividade.

Descrição	2013	2012
Empregos diretos	267	271
Índice de rotatividade	2,18%	9,74%

No que concerne à diversidade, a Planalto Sul apresenta uma participação majoritária de 60,3% de homens, contra de 39,7% mulheres. A média de idade está concentrada em 33 anos. A base de formação educacional do efetivo de pessoal centra-se no Ensino Médio Completo, com 69% dos profissionais. Vale mencionar que 22% possuem superior completo.

Ao longo de 2013, a companhia buscou capacitar seus profissionais com a realização de treinamentos. Foram investidas 3.152 horas de treinamento total, que contabiliza 11 horas per capita.

RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL

A Companhia estabeleceu, como um dos seus compromissos, o desenvolvimento de relacionamento com as comunidades lindeiras a sua área de concessão, tendo como foco projetos relacionados à educação, saúde, cultura e meio-ambiente. Os principais projetos são:

Programa “Viva Meio Ambiente” - criado em 2009, abrangendo 9.495 alunos e 578 professores e educadores de 28 escolas públicas, em 16 municípios situados ao longo da rodovia que administra.

O objetivo do programa é desenvolver uma série de ações, visando à promoção da consciência ambiental em escolas de municípios próximos às rodovias federais sob concessão da Arteris S.A..

Programa “Viva Motorista” - A principal finalidade do programa é a conscientização do usuário para reduzir o número de acidentes na rodovia. O foco central do programa é o Motorista, que recebe informações sobre as leis de trânsito e cuidados com a saúde.

Programa “Viva Motociclista” - A campanha tem como principal objetivo a conscientização do público alvo sobre a necessidade da revisão periódica do veículo, utilização de equipamentos de segurança obrigatórios, e avaliação do estado de saúde dos motociclistas.

AGRADECIMENTOS

A Companhia gostaria de registrar seus agradecimentos aos usuários, investidores, órgãos governamentais, fornecedores, agentes financiadores e demais partes interessadas pelo apoio recebido, bem como à equipe de profissionais pelo empenho e dedicação dispensados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Relacionamento com Auditores Independentes

Em atendimento à determinação da Instrução CVM nº 381/03 informamos que, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013, não contratamos nossos Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles de auditoria externa. Em nosso relacionamento com o Auditor Independente, buscamos avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não auditoria com base no seguinte: o auditor não deve (a) auditar seu próprio trabalho, (b) exercer funções gerenciais e (c) promover nossos interesses.

Declaração da Diretoria

Na qualidade de Diretores da Planalto Sul S.A., declaramos, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos (i) com o conteúdo e opinião expressos no parecer da BDO RCS Auditores Independentes S.S. e (ii) com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2013.

Diretoria

Luis Manuel Eusébio Iñigo
Diretor Presidente

Antonio Cesar Ribas Sass
Diretor Superintendente

Márcio Augusto Travain
Diretor Administrativo e Financeiro

Alessandro Scotoni Levy
Diretor de Relações com Investidores

Maria de Castro Michielin
Diretora Jurídica

Contador

Alexandre Pscheidt
CRC - SC 026791/O-5 S-PR

Conselho de Administração

David Antonio Díaz Almazán
Conselheiro

Marta Casas Caba
Conselheira

Marcos Pinto Almeida
Conselheiro